

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 17 de agosto de 2000

Ano 2 Nº 35

CPI do Narcotráfico prorroga prazo até 15 de novembro

A CPI que investiga o narcotráfico e o crime organizado em Santa Catarina, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), obteve em votação plenária nesta terça-feira (15) a prorrogação das atividades da Comissão até o próximo dia 15 de novembro. Após a reunião, o relator, deputado Adelor Vieira (PMDB), e o presidente concederam entrevista coletiva à imprensa, quando prestaram informações sobre os últimos trabalhos realizados pela CPI.

Os dois parlamentares ressaltaram as prisões efetuadas pelos integrantes da força-tarefa da CPI, muitas com apreensão de drogas. Foram detectadas pela CPI até agora cinco rotas comprovadas de narcotráfico em Santa Catarina, algumas fazendo conexão com Paraná e Rio Grande do Sul.



Deputados Adelor e Blasi concedem coletiva

Além disso, foram investigadas denúncias sobre roubo de cargas, de caminhões, de veículos comuns e utilitários, desmanche de carros (especialmente no Sul do Estado e no Médio Vale do Itajaí), e sobre outros crimes, como formação de quadrilha e agiotagem. Em relação a esta última denúncia, prestou depoimento o empresário de Joinville Paulo Cezar Machado e um sócio, cujo nome não foi divulgado.

O depoimento ocorreu na segunda-feira (14), quando também foram ouvidos o irmão de Paulo, Edson Machado, o contador Ralf Koenig e o cartorário Santiago Aguiar. O que impressionou os deputados foi a confissão espontânea de Paulo Machado de que já havia sido multado pela Receita Federal em R\$ 1 milhão e 300 mil por sonegação.

O deputado Adelor Vieira confirmou o envio de correspondência à CPI do Narcotráfico do Paraná solicitando informações a respeito de possível envolvimento dos portos catarinenses de Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba como focos de entrada de drogas para abastecimento de traficantes daquele estado.

Finalmente, o presidente da CPI relatou que as investigações vão voltar-se agora às denúncias sobre narcotráfico e crime organizado nas regiões Sul, Norte, Oeste, Médio Vale do Itajaí, Planalto Serrano e Florianópolis. No caso da Capital, a Comissão recebeu um documento contendo várias denúncias contra pessoas que estariam envolvidas em tráfico de drogas, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, entre outros crimes.

Especial

Nesta segunda-feira (14), no Plenário da Alesc, deputados, vereadores e técnicos de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul participaram do 3º Seminário Regional Interlegis.

Interlegis é a comunidade virtual do Poder Legislativo, que consiste numa rede de comunicação e informação entre os parlamentares de todo o país nas esferas federal, estadual e municipal.

O programa pretende interligar todas as casas legislativas do país através da Internet – a rede mundial de computadores –, bem como reunir em suas páginas assuntos referentes ao legislativo.

(página central)



(foto Solam Soares)

Para ter informações sobre a Interlegis basta acessar a página www.interlegis.gov.br

OPINIÃO

O que é o Manifesto 2000?



O Manifesto 2000 por uma cultura de paz e não-violência foi escrito por um grupo de ganhadores do Prêmio Nobel da Paz e visa chamar a atenção para o problema dos crimes praticados contra a vida e a dignidade humana, criando, assim, um senso de responsabilidade individual e coletiva de homens comuns, lideranças, enfim, de toda a sociedade, e será enviado às autoridades para que sejam também signatárias.

Até setembro próximo, a Organização das Nações Unidas (ONU) pretende reunir 100 milhões de assinaturas em nome da paz, que

serão apresentadas à Assembléia Geral das Nações Unidas. Lançado em Paris no dia 4 de março de 1999, o Manifesto 2000, como ficou conhecido, está aberto para adesões em todo o mundo.

O ano 2000 foi proclamado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional por uma Cultura da Paz, e a Unesco é a responsável pela coordenação das atividades dessa comemoração. Em Santa Catarina, a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Direitos Humanos, a qual presido, é uma das parceiras.

No início deste mês realizamos dois atos (Florianópolis e Joinville) com o objetivo de divulgar a idéia pela paz. A adesão ao movimento foi total. Em pouco mais de 10 horas, englobando as duas atividades, colhemos cerca de três mil assinaturas.

A Comissão de Direitos Humanos deverá realizar ainda outros atos, mesmo que o tempo para a entrega de assinaturas na ONU expire. O importante é divulgar a paz.

Cada um de nós tem que cumprir a sua parte a fim de contribuir para um mundo sem violência. Precisamos fortalecer valores nas atitudes e formas de conduta que inspirem uma cultura de paz. Ninguém tem o direito de agredir, matar, violentar, promover a miséria, restringir a liberdade, fazer apologia da dor.

O ser humano e os animais nascem para a felicidade. Vamos todos os dias cultivar valores calcados na não-violência, na tolerância, no diálogo, na reconciliação, na justiça, na solidariedade.

O texto-base do Manifesto 2000 relaciona seis tópicos: “respeitar todas as vidas, rejeitar a violência, liberar a generosidade, ouvir e compreender, preservar o planeta e redescobrir a solidariedade”.

Deputado Jaime Duarte (Líder do PPS)

A responsabilidade não termina no voto



No próximo dia 1º de outubro, os brasileiros irão às urnas. Mais uma vez renascem as esperanças de uma sociedade mais justa para um eleitor acostumado com a precariedade do sistema de saúde, a má qualidade do ensino, o desemprego, a violência e os baixos salários. Sei que não é fácil para a maioria dos brasileiros que convive com esses problemas diariamente imaginar que uma simples eleição possa contribuir para a alteração desse cenário.

Apesar disso, a cada eleição sinto que o brasileiro está descobrindo a importância do

voto como instrumento de fortalecimento do regime democrático e da verdadeira cidadania. Sim, porque o nosso dever não se resume apenas na hora do voto. Mais importante do que a simples escolha dos nossos representantes é cobrar deles posições, atos e programas que possam garantir melhoria nas áreas da saúde, segurança, educação e renda. A verdadeira cidadania só é exercida quando essas necessidades são satisfeitas plenamente.

Ao eleitor, aconselho que analise o perfil, as idéias e a postura dos candidatos que pretendem administrar as cidades até 2004. Informe-se

sobre os candidatos com amigos, colegas de trabalho e parentes. Verifique se eles possuem propostas concretas e viáveis. Descubra quais são as funções do prefeito e do vereador. Os eleitores precisam ter consciência de que os candidatos não são deuses, não possuem soluções para todos os nossos problemas.

Aos candidatos, tenho certeza de que essas eleições servirão para aproximá-los ainda mais dos eleitores. Eles precisam estar em contato direto, na sua cidade, com o trabalhador na construção, a dona-de-casa, o empresário, o comerciante, o aposentado e o adolescente. A vitória não vem com uma boa performance no vídeo ou uma boa foto do “santinho”. Os candidatos precisam descobrir os problemas da cidade e apontar soluções práticas que estejam de acordo com o orçamento e a infra-estrutura do município.

Por isso, vamos aproveitar as eleições para demonstrar nossos anseios ou satisfações, para provar a nós mesmos que somos capazes de eleger pessoas honestas e realmente preocupadas com a coletividade, e não somente com certos grupos. Vamos eleger representantes que se enquadrem com o nosso modo de viver e de pensar. E sempre conscientes, acima de tudo, de que a responsabilidade pelos acertos ou erros também é nossa.

Deputado Ronaldo Benedet (Líder do PMDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Margareth Genovez
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

GERAL

Olices Santini assume no lugar de Guidi

Com a licença por 120 dias do deputado Altair Guidi, assumiu na última semana o segundo suplente da bancada do PPB na Assembléia, o médico veterinário Olices Santini. Esta é a segunda vez que ele integra o Poder Legislativo, uma vez que cumpriu integralmente seu mandato na legislatura passada.

O parlamentar é natural de Florianópolis e médico veterinário da Epagri, com especialização em Planejamento Agrícola. Já foi coordenador-geral do Instituto Cepa/SC - Centro de Estudos e Pesquisas Agropecuárias - e presidente da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc. Representa na Assembléia as regiões da

Grande Florianópolis e o Extremo Oeste, Oeste e Meio-Oeste catarinense.

No período de 1995 a 1999 foi integrante das Comissões de Agricultura e Saúde e Meio Ambiente da Casa. Também participou ativamente da Comissão Especial Externa, constituída para pleitear providências federais para a grave conjuntura no segmento agrícola do estado de Santa Catarina.



Deputado Santini e Presidente Knaesel

(foto Jonas Lemos Campos)

Sessão solene em Blumenau com votação de MP

No próximo dia 30 a Assembléia realiza uma sessão solene em Blumenau, em comemoração aos 150 anos de emancipação política daquele município. A sessão está marcada para as 15 horas, e no período matutino os deputados das Comissões de Justiça e de Finanças

reúnem-se em audiência pública com empresários de todo o Estado para discutir a Medida Provisória nº 88/00, que altera dispositivos da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, a qual dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS -, que deveria ter sido

votada em Plenário nesta semana. A matéria, que vai atingir toda a classe empresarial e industrial catarinense, deverá ser apreciada em sessão plenária agendada para as 14 horas.

A sugestão para que a medida provisória fosse votada em Blumenau no final deste mês partiu do próprio presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), diante da impossibilidade de um acordo entre as bancadas de oposição e de sustentação ao Governo a respeito da matéria, considerada bastante "polêmica e complexa".

Nem mesmo as explicações sobre o projeto, prestadas na Comissão de Constituição e Justiça pelo secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, convenceram os deputados opositoristas a votar a medida provisória. Eles queriam dar oportunidade aos empresários para discutirem integralmente a proposta.

Falando em nome da bancada do PMDB, o deputado Herneus de Nadal assegurou que os peemedebistas vão votar contra a medida, argumentando que "além de ser complexa, temos divergências quanto ao início da vigência desta nova lei, que o Governo quer implantar ainda este ano, desrespeitando o princípio da anualidade fiscal. As empresas não podem ser castigadas de uma hora para outra com o aumento da carga tributária", frisou.

Livro aborda transformações geográficas em SC

Lançado na Assembléia no último dia 9 o livro "Santa Catarina, a Transformação dos Espaços Geográficos", de autoria do professor Paulo Fernando Lago.

Contendo 18 capítulos, a obra é uma análise das mais importantes mudanças que ocorreram nas últimas décadas na visão de um geógrafo que já realizou diversas publicações sobre Santa Catarina.

O autor utilizou-se de extensa bibliografia, pesquisa de campo e depoimentos de autoridades, com as quais manteve contato nesses anos de pesquisador das realidades catarinenses.

Paulo Fernando Lago é natural do Rio de Janeiro e exerce atividades no magistério superior em Santa Catarina desde 1958. Participou no planejamento urbano, ambiental e de setores da economia e educação catarinense.

Arquitetura chinesa - No dia 10, foi a vez do lançamento do livro Feng Shui-Kan Yu - Arquitetura Ambiental Chinesa, do arquiteto Carlos Solano. A obra apresenta uma ampla pesquisa a respeito de uma das técnicas mais instigantes de avaliação da paisagem natural e urbana, responsável na China pela implantação de cidades, residências, templos e túmulos. A pesquisa envolveu viagem a Hong Kong, Tawan, China, Tibete e Nepal e todas as informações são amplamente fundamentadas.

Carlos Solano formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e descobriu o Feng Shui em 1991, por intermédio da arquiteta chinesa Ping Xu, Ph.D e professora do curso de mestrado em Urbanismo da Universidade do Colorado, EUA.

ESPECIAL

Programa interliga A

Interlegis é a comunidade virtual do Poder Legislativo, que consiste n... nas esferas federal,

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), foi o anfitrião do 3º Seminário Regional Interlegis/Sul – encontro que reuniu nesta segunda-feira (14), no Plenário da Alesc, deputados, vereadores e técnicos de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Entre os participantes, estiveram presentes os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), presidente do Conselho de Supervisão do Prodasen - Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado -, que abriu o seminário, e Casildo Maldaner (PMDB-SC).



Senador Ronaldo Cunha Lima

Interlegis é a comunidade virtual do Poder Legislativo, que consiste numa rede de comunicação e informação entre os parlamentares de todo o país nas esferas federal, estadual e municipal. A finalidade dessa comunidade virtual é o fortalecimento do Poder Legislativo e, por consequência, do processo democrático, utilizando os avanços tecnológicos.

De acordo com Regina Célia Peres Borges, diretora executiva do Prodasen, o projeto, implantado no ano passado, teve financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de 25 milhões de dólares. Ele foi considerado modelo internacional pela instituição, que pela primeira vez financiou um projeto de modernização do legislativo.

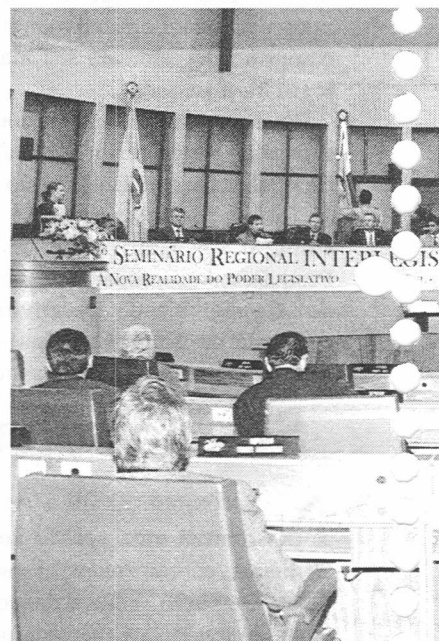
O programa pretende interligar todas as casas legislativas do país através da Internet – a rede mundial de computadores –, bem como reunir em suas páginas assuntos referentes ao legislativo. Por meio da rede

privada, serão interligadas todas as assembleias dos estados e do Distrito Federal, o Senado, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União. Cada uma vai receber infraestrutura para videoconferência e também entre 15 e 20 microcomputadores, que serão utilizados no treinamento de servidores e parlamentares e no desenvolvimento de sistemas.

A adesão inicial é de municípios-pólo, mas os demais podem se inscrever e receber a Interlegis. Até agora mais de 400 aderiram, e a meta é atingir até janeiro do ano que vem 612 municípios em

tudo o Brasil. Em Santa Catarina, dos 21 municípios-pólo, categoria definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para aqueles municípios que exercem significativa influência em sua microrregião, 17 já fizeram sua adesão. Faltam ainda integrar-se ao programa Mafra, Concórdia, Curitibaanos e Ituporanga. A adesão de Joinville ocorreu nesta segunda-feira. Nos próximos dois anos está prevista a instalação de estações de trabalho em 2.500 municípios, e de forma progressiva em 5.500 municípios.

Para o senador Ronaldo Cunha Lima, os resultados obtidos até agora têm sido altamente positivos. “Das 27 assembleias legislativas do País, 25 já aderiram à Interlegis, o que demonstra a simpatia pelo programa”, afirmou.



Seminário Interlegis inaugura plenário

Pal

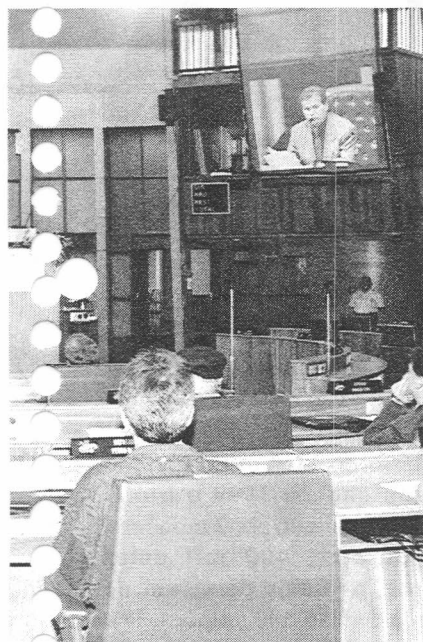
Durante o encontro falaram sobre a comunidade virtual James Ray e o governador Menezes de Carvalho, chefe do serviço de formação da comunidade virtual do Poder Legislativo, e Hécio Afonso de Almeida, chefe da assessoria técnica, am...



Regina Célia Peres Borges

Assembleia com o Brasil

rede de comunicação e informação entre os parlamentares de todo o país estadual e municipal.



(Foto Maria do Carmo Kravtchyn)

Uniformidade nos Poderes Legislativos

O presidente do legislativo catarinense, deputado Gilmar Knaesel (PPB), disse que a integração parlamento/comunidade é de extrema importância para o desenvolvimento social e economicamente sustentável do país, e destacou durante o encontro os resultados que deverão ser obtidos através da comunidade virtual. "Vamos uniformizar o Poder Legislativo seguindo as mesmas regras, elevando também o nível dos legisladores através de seminários, audiências públicas e outros eventos", afirmou. Knaesel lembrou ainda a importância da participação da comunidade

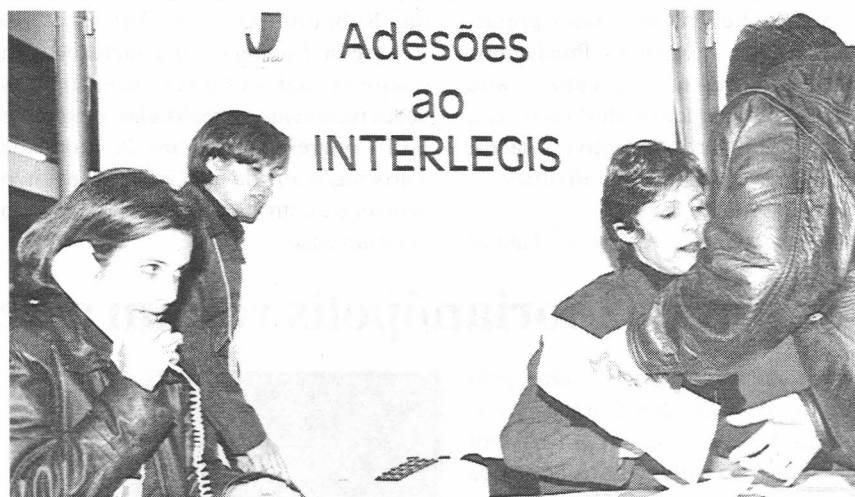
no programa. "Em qualquer lugar que tiver um computador ligado à rede, como na câmara de vereadores do seu município, um cidadão que estiver no interior do Estado poderá saber como é elaborada uma determinada lei, apresentar sugestões, tirar dúvidas e fiscalizar as atividades dos parlamentares. Um vereador do Extremo Oeste de Santa Catarina poderá buscar subsídios para um projeto de sua autoria em qualquer câmara de vereadores do Brasil, e da mesma forma os deputados. A comunidade terá uma melhor qualificação dos seus representantes", concluiu.

estradas

Produsen. Ressaltaram como grande vantagem a troca de mensagens, através das quais muitos podem se comunicar e interagir com muitos, ao contrário da mídia, que poucos se comunicam com muitos. O Ministério informou que estão à disposição na rede todos os textos integrais da legislação brasileira.

Salette Lemos, editora chefe e âncora do Jornal da Record Segunda Edição, abordou o novo estado brasileiro. Disse que este é momento de se facilitar o acesso à informação com transparência, pois democracia só é possível com responsabilidade social. A globalização está em todos os lugares, observou Salette ao enfatizar que "a informação te manipula, o conhecimento não".

Sobre Plenário Multimídia: a tecnologia como suporte à atuação parlamentar, falou Guilberto Chaplin Savedra, assessor para assuntos de tecnologia da Alesc. Disse que grande desafio é acompanhar as mudanças cada vez mais rápidas num ponto de vista social e tecnológico cambiante.



(Foto Solon Soares)

A adesão à Interlegis é possível por meio do pedido formal de cadastramento da casa legislativa e/ou de seus parlamentares junto ao Prodasen, órgão que sedia o projeto. O formulário pode ser impresso a partir da página da Interlegis na Internet (www.interlegis.gov.br). O documento de cadastramento deve ser assinado pelo presidente da casa legislativa e enviado pelo correio para o seguinte endereço:

Programa Interlegis
Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – Prodasen
Via N2 – Anexo C do Senado Federal
70.165-900 – Brasília – DF.

Após a inscrição, a casa legislativa e os parlamentares receberão uma senha para se conectar à área de acesso restrito da Interlegis, possibilitando a inclusão de página da casa legislativa e/ou do parlamentar. A adesão ainda dá direito a um endereço eletrônico com o domínio @interlegis.gov.br. Essa identidade eletrônica já vai permitir a troca de experiências e a comunicação entre os vários parlamentares.

A participação da população no processo legislativo também vai ser possível através da Internet (www.interlegis.gov.br), já que qualquer cidadão poderá acessar a página.

COMISSÕES

Comissão debate o futuro do turismo em SC

A Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Francisco de Assis Nunes (PT), esteve reunida no início da noite desta segunda-feira (14) com o objetivo de discutir com representantes do Governo do Estado, universidades, prefeitos e secretários municipais o futuro do turismo em Santa Catarina.

Estiveram presentes, além de deputados-membros da Comissão, o secretário do Desenvolvimento e do Mercosul, Antônio Ceron, os presidentes da Subcomissão de Turismo da Câmara Federal, João Pizzollatti (PPB), e da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas, Luiz Carlos Floriani, os professores Eunice da Silva e Carlos Alberto Tomelin, da Unisul, Carla dos Santos Novaes, do Instituto Luterano de Santa Catarina, e o presidente da Santur, Flávio de Almeida.

Luiz Carlos Floriani ressaltou o potencial turístico do Estado, que tem características insuperáveis em relação a outras unidades da Federação, como praias, turismo rural e religioso. "Precisamos incentivar a cultura da capacidade turística já nos primeiros anos escolares, e não apenas a partir das universidades, investindo recursos nessas atividades", disse.

A professora Eunice referiu-se à falta de

obras específicas que tratam da questão, as quais atualmente estariam dispersas em vários locais, muitos deles não acessíveis às pessoas comuns, e o professor Carlos Tomelin lembrou a "falta de ações dos empresários nas universidades para falar o que desejam de um curso de Turismo". Falou ainda sobre o projeto "Brigada de Serviços", destinado a qualificar profissionais que já estão atuando no setor.

O deputado federal João Pizzollatti explicou o funcionamento e a estrutura da Subcomissão de Turismo do Congresso Nacional e sua interação com o setor em todos os níveis, bem como as ações recentemente realizadas, a exemplo do I Congresso Brasileiro da Atividade Turística, ocorrido em Goiás. O segundo acontecerá entre os dias 5 e 8 de dezembro em Blumenau.

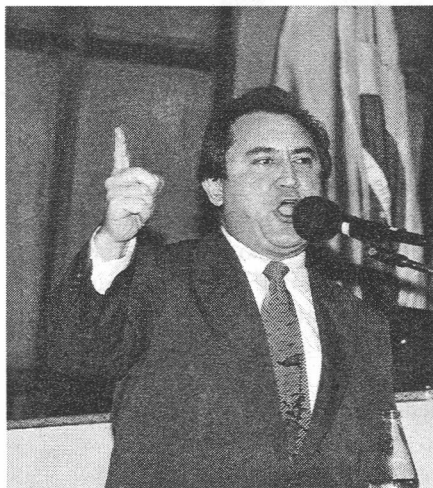


Potencial turístico em discussão

O secretário do Mercosul, Antônio Ceron, citou que em 1999 o litoral catarinense foi visitado por 2 milhões e 800 mil turistas, 400 mil deles estrangeiros, os quais deixaram no Estado cerca de US\$ 500 milhões. Já o presidente da Santur, Flávio de Almeida, disse que o Prodetur Sul vai investir somente na infra-estrutura turística de Santa Catarina mais de US\$ 140 milhões, oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Postos de Florianópolis voltam a descumprir acordo

Depois de serem denunciados pelo presidente da CPE dos Combustíveis, deputado Nelson Goetten (PPB), por formação de quadrilha, vários postos da Capital serão denunciados nos próximos dias à Secretaria de Direito Econômico, vinculada ao Ministério da Justiça, por descumprir acordo firmado com o governo federal para manter a margem de lucro do preço da gasolina em R\$ 0,15. Segundo pesquisa realizada pela Comissão, a maioria dos estabelecimentos ultrapassa esta margem, alguns deles cobrando R\$ 1,60 o litro da gasolina, o que equivale a um lucro de R\$ 0,30 por litro. O parlamentar explica que a margem de lucro das distribuidoras deveria ser de R\$ 0,05, fazendo com que o preço dos combustíveis em Florianópolis não passasse de R\$ 1,50. Ele lamenta que mesmo os postos BR, do



Deputado Nelson Goetten

governo, não cumpram o acordo, vendendo o produto a R\$ 1,57, alcançando a margem de lucro de R\$ 0,25 o litro.

As distribuidoras que praticarem preços abusivos também serão denunciadas, mas para que isso aconteça a CPE vai contar com o apoio dos varejistas. A redução de base de cálculo do ICMS da gasolina, que hoje está em R\$ 1,66, é outra meta dos parlamentares da Comissão, que querem diminuir o valor para R\$ 1,50. "Se isto se tornar realidade, a gasolina pode voltar a custar de R\$ 1,40 a R\$ 1,45", disse Goetten, que nesta semana viaja para Brasília, onde será recebido pelo ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho. O presidente da CPE apresenta, entre outras propostas para reduzir o preço dos combustíveis, a liberação de vendas da distribuidora BR (mais barata) para os postos de bandeira branca (que não possuem vinculação com outra distribuidora), em número de 300 no Estado.

PLENÁRIO

Vetos governamentais mantidos

A Assembleia cumpriu nesta semana mais uma etapa do calendário especial de sessões, criado em razão do período eleitoral. Nas sessões plenárias realizadas foram votados várias mensagens de veto, projetos de lei de origem governamental e parlamentar, decretos legislativo e medidas provisórias.

Foram mantidos vetos ao projeto de lei que veda ao Poder Executivo a celebração de atos visando à transferência voluntária de recursos enquanto não forem realizados os investimentos apontados pelos municípios em audiências públicas regionais; ao projeto que dispõe sobre a assistência farmacêutica integral para os portadores do vírus HIV; ao

projeto de lei parlamentar que cria o Comitê Especial de Combate à Impunidade no âmbito do Governo do Estado de Santa Catarina, e ao projeto que institui a cartafiança para a locação de imóvel residencial aos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, do Estado.

Rejeitados - No entanto, os parlamentares derrubaram vetos ao projeto de lei que inclui no calendário oficial a Semana de Prevenção ao Câncer de Mama, a ser levada a efeito através de uma campanha de esclarecimentos, e ainda à lei de autoria do ex-deputado Antônio Ceron (PFL), que denomina Edifício Mário de Mello Lopes o prédio do fórum de Justiça da Comarca do município de Catanduva.

Estímulo ao emprego

Aprovado projeto de lei do deputado César Souza (PFL) que autoriza ao chefe do Poder Executivo "conceder, a título de estímulo, até 100% dos incentivos fiscais de geração de emprego às empresas situadas no território catarinense que no ato de contratação de empregado comprovem a geração de primeiro emprego ou de empregos a pessoas com mais de 40 anos de idade". Prevê, ainda, que aos órgãos da administração pública cabe destinar, nas nomeações e contratações, 20% do total das vagas a serem preenchidas a pessoas com mais de 40 anos de idade, sem prejuízo das condições específicas de habilitação.

Saúde do trabalhador

Aprovado também projeto de lei de autoria do deputado Neodi Saretta (PT) que dispõe sobre a criação do Centro de Referência para a Saúde do Trabalhador de Concórdia e região. De acordo com a matéria, o Centro prestará assistência médica ao acidentado no trabalho, bem como implementará ações preventivas e de inspeção relativas às condições de trabalho. O Centro de Referência será implantado mediante convênio de cooperação técnico-financeira entre o Estado e o município de Concórdia.

Taxa de inscrição

De autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL), foi aprovado projeto que estabelece a obrigatoriedade de devolução da taxa de inscrição em concurso público, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das empresas públicas e autarquias do Estado de Santa Catarina, aos candidatos aprovados e não admitidos até o término do prazo estipulado para a validade do respectivo concurso.

Privatização do Besc

Aprovada a admissibilidade da Medida Provisória nº 89/00, que autoriza a Secretaria da Fazenda a obter crédito de R\$ 780 milhões. Os recursos obtidos serão destinados à capitalização do Banco do Estado de Santa Catarina - Besc, visando à transferência do seu controle acionário para a União, que posteriormente promoverá a sua privatização.

A medida provisória foi votada inicialmente na Comissão de Constituição e Justiça, quando foi rejeitada pela maioria dos votos. Em Plenário, a admissibilidade contou com 19 votos favoráveis e 14 contrários.

Incentivo à agropecuária

Com a aprovação do projeto de lei de autoria dos deputados Neodi Saretta e Pedro Uczai (PT) fica formulada a Política Estadual de Fomento e de Desenvolvimento da Produção Agroecológica para Santa Catarina.

O projeto garante verbas do Orçamento estadual para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção ecológica no Estado, oferecendo crédito subsidiado e apoio técnico e tecnológico a produtores que não utilizem hormônios, adubos químicos sintéticos, agrotóxicos ou transgênicos, além da total isenção de taxas públicas na produção e na comercialização.

A proposta tem por objetivo, também, a preservação da biodiversidade dos ecossistemas, a conservação das águas, do solo e do ar, a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, além de criar um banco de sementes.

Terão direito ao crédito subsidiado todos os agricultores que sejam proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros de terra que obtenham no mínimo 80% da sua renda na atividade, que não contrataram trabalhadores sazonais em maior número que a mão-de-obra familiar e que produzam ou se convertam ao sistema agroecológico.

Medalha de mérito

Aprovado projeto de resolução de autoria da deputada Ideli Salvatti (PT) que cria a Medalha de Mérito Antonieta de Barros para homenagear pessoas físicas e jurídicas que, no campo de suas atividades, realizaram relevantes trabalhos ou

destacaram-se na defesa dos direitos da mulher. A outorga das medalhas será realizada anualmente na semana alusiva ao aniversário de nascimento de Antonieta de Barros, dia 11 de julho, respeitado o período da sessão legislativa.

Economia de energia elétrica

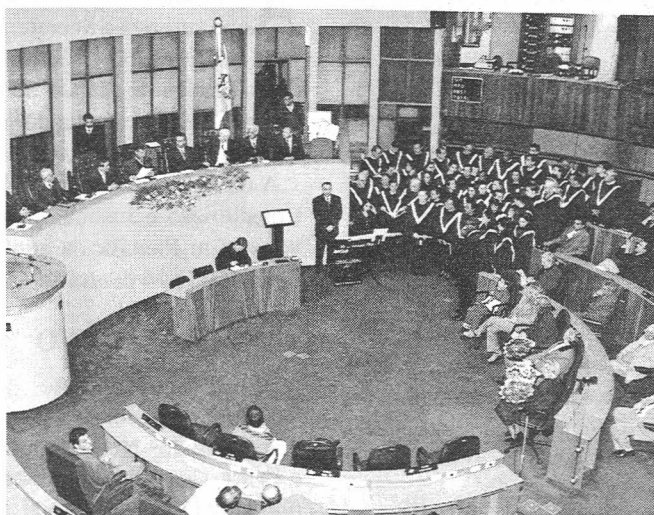
Autorização para o Poder Executivo promover a realização de diagnóstico da situação energética de seus próprios, visando, sobretudo, à racionalização e economia de energia elétrica, foi aprovada em matéria de iniciativa do deputado Ivan Ranzolin (PPB). O objetivo da proposta é, além de promover um levantamento e um relatório da situação atual dos custos e gastos realizados com energia elétrica, apontar medidas corretivas de aplicação viável, a serem ordenadas em projetos técnicos para viabilizar melhoria na qualidade do serviço energético e economia nos gastos de luz, por força da sua modernização tecnológica.

GERAL

AL homenageia pastores evangélicos

A Assembléia realizou, no último dia 7, sessão solene requerida pelo deputado Adelor Vieira (PMDB) para homenagear cinco pastores de igrejas evangélicas pelos relevantes serviços prestados às comunidades onde atuam. Todos foram agraciados com um diploma de Honra ao Mérito.

O pastor Nirton dos Santos, natural de Araquari e funcionário do porto de São Francisco do Sul, tornou-se membro da Assembléia de Deus em 1949 como músico e pregador do evangelho em 1951, no município de Timbó. Após quatro anos assumiu em Canoinhas e depois em Chapecó e Criciúma. Em 1994 assumiu a presidência da Convenção Estadual das Assembléias de Deus em Santa Catarina. Foi ainda presidente da Secretaria Central de Missões. O senhor Anísio Rocha Chagas, natural de Santa Maria do Salto, Minas Gerais, em 1952 tornou-se membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia e em 1967, em



Sessão solene

Recife, foi ordenado ministro da Igreja Em 1980, como diretor da Ação Missionária, começou um trabalho de evangelização. Foi colaborador de diversas emissoras de televisão e jornais em Santa Catarina, como O Estado, A Notícia e Diário Catarinense.

O pastor Woldemar Kinas, natural de Ibirama, iniciou sua vida evangélica em 1976 com obras sociais destinadas a atender crianças carentes em Blumenau. Membro atuante

da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, foi ordenado pastor em 1988. Em 1991 foi nomeado primeiro secretário municipal da Criança e do Adolescente de Blumenau. É ligado à diretoria da Sociedade Bíblica do Brasil, sendo também vice-presidente, desde 1988, da Associação dos Homens de Negócios do Evangelho Pleno.

O pastor José João Vieira, natural de Blumenau, atualmente é presidente da

Comunidade Terapêutica do Desafio Jovem Shalon, de Joinville. Foi ordenado pastor em Mafra depois de ter atuado nas igrejas de Caçador e Balneário Camboriú. Por dez anos presidiu a Caixa de Socorro dos Obreiros. Foi um dos fundadores da Associação Musical Evangélica Joinvilense (Amej) e implantou o Projeto Belém, obra social que atende a crianças, entre outros. O pastor Cesino Bernardino, natural de Imbituba, em 1982 fundou uma entidade filantrópica, internacionalmente conhecida como Gideões Missionários da Última Hora, com o objetivo de manter e sustentar missionários em diversos países. Hoje, desenvolve projetos não apenas para Santa Catarina, mas também para as regiões Norte e Nordeste e para países como Chile, Bolívia, Peru, Romênia, África e Ilha da Páscoa. Anualmente, sempre em abril, é realizada a maior concentração de missões evangélicas do Brasil, na cidade de Camboriú, que reúne cerca de 80 mil pessoas.

Agenda

Dia 21, às 10h – Depoimentos na CPI do Narcotráfico

Local: Sala das Comissões

Dia 23, às 19:30h – Abertura da exposição do V Centenário do Descobrimento do Brasil

Local: Hall da Alesc

Dia 28, às 16h – Sessão Solene em comemoração aos 40 anos de atividades da Associação Coral de Florianópolis

Local: Plenário

Dia 30, às 15h – Sessão Solene em homenagem ao sesquicentenário de Blumenau

Local: Auditório do Teatro Carlos Gomes, Blumenau

Dia 4, às 9h – Audiência Pública para debater a respeito das restrições impostas pela política ambiental

Local: Plenarinho

Dia 4, às 14h - Sessão Especial pela Campanha do Jubileu 2000, por um milênio sem dívidas

Local: Plenário

Dia 4, às 20h – Abertura da exposição da artista plástica Tânia Leal

Local: Galeria de Arte

Dia 5, às 18h – Sessão Solene em homenagem aos 25 anos de falecimento de Adolfo Zigelli.

Local: Plenário

Requerida mais uma CPI

Com dezenove assinaturas, foi aprovado requerimento da deputada Ideli Salvatti (PT) nesta semana pedindo a instalação de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta CPI, que poderá ser instalada no início de setembro, vai investigar esquemas de sonegação fiscal no Estado, constatados pelo Ministério Público e pela Receita Federal, envolvendo empresas do Vale do Itajaí, funcionários públicos e políticos. A própria deputada afirmou que mesmo antes da abertura oficial da Comissão já havia recebido documentos comprovando denúncias de improbidade em benefício de empresas nos municípios de Mafra e Florianópolis.